

QUESTÕES GERADAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

1. IMPACTO SOCIAL

1.1 A Aldeia da Luz e a sua reinstalação

A antiga Aldeia da Luz encontrava-se a 19 km de Mourão e pertencia ao mesmo concelho, distrito de Évora. Esta implantava-se numa área abundante em água dos rios Guadiana e Alcarrache, que a delimitavam a poente e a sul.

Quanto às suas origens, estas assentam numa lenda do aparecimento da Virgem a um pastor, no local foi então implantado um santuário em seu louvor. Não existe de facto a presença de uma carta foral e os dados mais concretos são da segunda metade do séc. XVIII, relativos às memórias paroquiais, que aludem à existência de 117 moradores e nas quais a igreja afirma-se como um *"pólo aglutinador das gentes da Luz, bem como de outras paragens, que associam as vivências religiosas a um quotidiano ligado às actividades agrícolas, à produção e cereais (trigo, centeio, cevada), aos olivais, azinhais, ferragiais, à rega e à moagem nos açudes, à pesca, à construção e manutenção de casas, aos vários mesteres, gentes que vendem e compram as suas propriedades, que frequentam o ensino elementar da escola mista (...) e que passam pelos actos simbólicos das suas vidas (baptizado, casamento e óbito)."*²⁶.

Com a conclusão do Plano de Rega do Alentejo tornou-se indispensável a criação de uma albufeira de grandes dimensões no próprio rio Guadiana, como previsto em estudos anteriores. Deste modo, embora esta fosse das três alternativas a que iria causar menores danos a vários níveis, tornou-se inevitável a submersão desta aldeia.

Em 1970, a Luz registava cerca de 500 habitantes (com tendências para diminuir) e 195 prédios urbanos (dos quais 51 encontravam-se desabitados) com condições precárias (não possuíam redes de distribuição de água, energia eléctrica e esgotos).

Duas décadas mais tarde, com base no Estudo de Impacto Ambiental, verificou-se que população da aldeia apresentava 358 habitantes, contudo já possuía redes de abastecimento de água e electricidade. Era constituída por 193 de habitações, das quais 23 estavam desabitadas, outras 23 eram habitações temporárias e outras 10 estavam ocupadas por inquilinos pagantes e de favor.

Com a construção do aproveitamento de Alqueva, procurou-se estreitar a participação da população nas soluções a adoptar para o seu realojamento.

Em 1980, realizou-se um trabalho de pesquisa na procura de perceber, através de testemunhos da população, quais as suas opiniões face a este projecto. Segundo o autor, existia nesta aldeia um sentimento histórico muito marcado e os habitantes orgulhavam-se do seu passado. A vida da freguesia reflectia em todos os seus aspectos uma herança social de séculos.

Relativamente à nova localização, a população queria permanecer na mesma freguesia, e não ser integrada em outras localidades próximas, tal como a nível estrutural, pretendia que esta se mantivesse e também que as casas obedecessem aos mesmos modelos.

Em 1981, as obras do aproveitamento de Alqueva já tinham iniciado, tendo o Governo determinado a constituição de uma comissão constituída por representantes de onze ministérios. Esta tinha como objectivo elaborar um relatório no qual constassem as medidas necessárias para a reinstalação da Aldeia da Luz.

No mesmo ano, uma comissão de moradores apresentou um programa preliminar

*"que avançava com critérios de indemnização à base do pagamento em espécie de propriedades. O requerimento do realojamento de prédios rústicos ou urbanos traduzia a rejeição unânime de uma compensação meramente monetária, impelindo o Estado a conceber e construir um novo povoamento - a nova Aldeia da Luz".*²⁷

Em Dezembro de 1981, a vontade da população foi formalmente manifestada pela Câmara Municipal de Mourão e da Junta de Freguesia da Luz, segunda a qual a nova aldeia a construir deveria ser situada na área da freguesia e satisfazer as seguintes condições:

- O seu ornamento respeitaria as características urbanísticas, sociais e culturais da aldeia;
- Seriam construídas todas as infra-estruturas necessárias;
- As edificações existentes seriam repostas de acordo com estudos elaborados e com a participação da população;
- Seriam restabelecidas as áreas e os estabelecimentos comerciais, industriais e artesanais;
- Os equipamentos públicos seriam também restabelecidos (escola primária, jardim infantil, centro de assistência à terceira idade, centro cultural, casa do povo, mercado, jardim público, igreja, recinto desportivo e recreativo e praça de touros). Nestes equipamentos incluía-se ainda o Museu da Luz, no qual *"evocará a sua história e serão patentes os testemunhos do seu património arquitectónico, cultural e histórico"*;
- Seriam criados novos acessos à aldeia, os mais directos possíveis.

Relativamente a indemnizações, este pagamento seria feito em espécie, passando para posse dos moradores afectados, quer os prédios urbanos, quer os agrícolas.

A submersão da Aldeia da Luz constituiu o principal impacto social provocado pela albufeira de Alqueva. Deste modo, a sua reinstalação e o alojamento da população mereceu um cuidadoso tratamento, incluindo providências legislativas específicas na procura de garantir a necessária eficácia às medidas exigidas pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Assim, a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estrutura do Alqueva), promoveu a realização de um concurso internacional para a elaboração da nova Aldeia da Luz, englobando o plano de urbanização, o projecto das habitações e o projecto das infra-estruturas. Este último incluía os arruamentos, a distribuição de água, a drenagens de água residuais, as instalações eléctricas e gás, rede telefónica e de televisão por cabo, bem como os trabalhos a nível paisagístico.

Deste modo, foram realizadas diversas reuniões com os proprietários das habitações e suas famílias, sendo apresentados propostas para as futuras habitações. O mesmo foi feito quanto aos equipamentos sociais e colectivos da futura aldeia.

No final de 1997, o plano de pormenor foi objecto de consulta pública, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal de Mourão em 20 de Fevereiro de 1998 e rectificado pelo Concelho de Ministros em Outubro de 1998.

1.1.1 Mudanças e esperanças

A questão da data da mudança foi dos temas que também levou a bastante discórdia na aldeia. Existiam uma série de eventos a serem respeitados, como o caso da transladação do cemitério e as festas que se realizavam em Setembro. Neste caso, era

²⁶ SARAIVA, Clara - Luz e Água - Etnografia de um processo de mudança . Beja . EDIA . 2005 . Pág. 31

²⁷ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva . Beja . EDIA . 2006 . Pág. 264